PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO PARANÁ
CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE CADASTRO
DE RESERVA NO CARGO DE PROCURADOR DO ESTADO DO PARANÁ

PROVA ORAL

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

QUESTÃO 4

Considere a seguinte situação hipotética:

Uma ação de mandado de segurança foi impetrada e, em primeira instância, o juízo concedeu a segurança. A pessoa jurídica de direito público recorreu ao tribunal de justiça (TJ), que manteve a decisão favorável ao impetrante. Em seguida, a pessoa jurídica de direito público interpôs recurso especial no Superior Tribunal de Justiça (STJ), que reformou o acórdão do TJ e denegou a ordem. O impetrante, então, apresentou embargos de declaração, mas, antes que fossem julgados, requereu a desistência da ação de mandado de segurança.

A partir dessa situação hipotética, responda, de forma fundamentada na legislação de regência e no entendimento do Supremo Tribunal Federal, aos seguintes questionamentos.

- 1 Para a homologação do pedido de desistência em uma ação de mandado de segurança, é necessário o consentimento da autoridade coatora, da pessoa jurídica de direito público ou dos litisconsortes?
- 2 É cabível a homologação de pedido de desistência feito pelo impetrante em um mandado de segurança após a prolação de sentença com resolução de mérito?

TÓPICOS DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO ABORDADOS

20 Sentença. 20.1 Conceito, natureza, elementos, requisitos, efeitos e vícios da sentença. 35.6 Ações coletivas: competência; legitimação ordinária, extraordinária e autônoma; pertinência temática; legitimidade passiva; litispendência, conexão e continência; representação e substituição processual; causa de pedir e pedido nas ações coletivas; prova estatística nas demandas coletivas; sentença genérica; liquidação e execução, coletiva e individual; fundos dos direitos difusos e coletivos; coisa julgada. 35.6.3 Mandado de segurança coletivo. 39 Ações constitucionais. 39.1 Mandado de segurança (coletivo e individual).

PADRÃO DE RESPOSTA

Segundo o Supremo Tribunal Federal, “é lícito ao impetrante desistir da ação de mandado de segurança, independentemente de aquiescência da autoridade apontada como coatora ou da entidade estatal interessada ou, ainda, quando for o caso, dos litisconsortes passivos necessários, mesmo que já prestadas as informações ou produzido o parecer do Ministério Público. Doutrina. Precedentes” (STF, Segunda Turma, AgRg nos ED no RE nº 521.359/DF, Rel. min. Celso de Mello, j. em 22/10/2013).

Esse entendimento foi reafirmado quando o STF considerou que “tratando-se de mandado de segurança preventivo, defere-se, desde logo, o pedido de desistência, sem necessidade de prévia manifestação de concordância da autoridade impetrada. Extinção do processo, sem julgamento do mérito (CPC, art-267, VIII).” (STF, Tribunal Pleno, MS nº 20.476, Rel. min. Néri da Silveira, j. em 18/12/1984, DJ 03/05/1985 p. 6330 EMENT vol. 1376-01 p. 68).

Nesse sentido, o STF tem considerado que “é lícito, ao impetrante, desistir, a qualquer tempo, da ação de mandado de segurança, independentemente de aquiescência da autoridade apontada como coatora ou da entidade estatal interessada. Doutrina. Precedentes (STF). A desistência da ação de mandado de segurança, quando manifestada após a prolação da decisão concessiva do ‘writ’ constitucional, torna prejudicado o recurso

extraordinário eventualmente interposto pela parte contrária, em virtude da perda superveniente de objeto.” (STF, decisão monocrática, RE nº 259.343/SP, Rel. min. Celso de Mello, j. em 03/02/2000, DJ 10/03/2000 p. 51). No mesmo sentido: STF, Tribunal Pleno, AgRg no AgRg no RE com Ag nº 1.357.590/SC, Rel. min. Presidente, j. em 13/03/2023.

Desse modo, “a desistência da ação de mandado de segurança, com todas as consequências jurídicas que resultam desse ato unilateral da parte impetrante, revela-se conduta processualmente lícita (RTJ 88/290, Rel. min. DÉCIO MIRANDA), podendo ocorrer – consoante observa HELY LOPES MEIRELLES (‘Mandado de Segurança e Ações Constitucionais’, p. 132, item n. 20, 32.^a ed., atualizada por Arnaldo Wald e Gilmar Ferreira Mendes, 2009, Malheiros) – ‘a qualquer tempo, independentemente de consentimento do impetrado’” (STF, Segunda Turma, AgRg no RE nº 1.250.651/RJ, Rel. min. Celso de Mello, j. em 03/10/2020, DJe-245 div. 07-10-2020 pub. 08-10-2020).

No que diz respeito ao momento em que se pode pleitear a desistência, o tribunal compreende que se admite “a desistência do mandado de segurança, até mesmo, após a prolação da sentença de mérito, não se aplicando os art. 485, §§ 4º e 5º, do Código de Processo Civil” (STF, Segunda Turma, AgRg nos ED no RE com AG nº 1.164.769/SP, Rel. min. André Mendonça, j. em 14/02/2024) (No mesmo sentido: STF, Primeira Turma, AgRg no AI nº 609.415/RS, Rel. min. dias Toffoli, j. em 03/05/2011; STF, Primeira Turma, ED no AgRg nos ED no AgRg no RE nº 446.790/PR, Rel. min. Cármen Lúcia, j. em 13/10/2009), sendo, portanto, viável o acolhimento do pedido de desistência “a qualquer momento antes do término do julgamento” (STF, Segunda Turma, AgRg nos ED no AgRg nos ED no RE com Ag nº 1.385.400/PE, Rel. min. Nunes Marques, j. em 09/12/2024), de modo que o pedido pode ser acolhido “mesmo após eventual sentença concessiva do ‘writ’ constitucional” (STF, Tribunal Pleno, RE nº 669.367 RG/RJ, Rel. min. Luiz Fux, Red. p/ Acórdão min. Rosa Weber, j. em 02/05/2013, DJe 30/10/2014) (No mesmo sentido: STF, Tribunal Pleno, AgRg no EDiv no ED no RE nº 165.712-0/MG, Rel. min. Maurício Corrêa, j. em 04/10/2001, DJ 22/02/2002).

Assim, restou definido que “o impetrante pode desistir da ação mandamental em qualquer tempo e grau de jurisdição, mesmo em sede extraordinária e sem anuência da outra parte” (STF, Segunda Turma, AgR no AgR no RE nº 231.671, Rel. min. Ellen Gracie, DJe 22/05/2009). Neste sentido: STF, Primeira Turma, AgRg no RE nº 287.978-9/SP, Rel. min. Carlos Britto, j. em 09/09/2003.

Essa posição toma por base a percepção de que “o mandado de segurança, que se distingue das demais ações pela especificidade de seu objeto e pelo comando emergente de sua decisão, visa exclusivamente a invalidar o ato de autoridade lesivo ao direito líquido e certo e sua decisão contém uma determinação à autoridade coatora para que cesse a ilegalidade apontada. Não há, no mandado de segurança, um litígio entre direitos contrapostos. Assim a autoridade, apontada como coatora, não constitui parte, pelo menos no sentido técnico, da relação processual mandamental; por isso é de se admitir a desistência da impetração a qualquer tempo e independentemente do consentimento da autoridade impetrada” (STF, Segunda Turma, RE nº 108.992-0/PR, Rel. min. Paulo Brossard, j. em 12/12/1989, DJ 20/04/1990). No mesmo sentido: STF, Segunda Turma, AgRg no RE nº 318.281-1, Rel. min. Eros Grau, j. em 14/08/2007, DJ 21/09/2007.

Com isso, tem-se que “a homologação da desistência permite, em regra, a formalização de nova demanda, mediante reiteração da mesma causa de pedir” (STF, Segunda Turma, AgRg nos ED no AgRg nos ED no RE com Ag nº 1.385.400/PE, Rel. min. Nunes Marques, j. em 09/12/2024) haja vista que haverá, na hipótese, apenas a coisa julgada formal.

Quer-se com isso dizer que, “sentenciada a causa mandamental — e eventualmente denegado ou concedido o ‘writ’ constitucional —, mesmo assim revelar-se-á possível à parte impetrante desistir da ação de mandado de segurança ou do recurso por ela interposto, expondo-se, contudo, a todas as consequências jurídicas, de caráter formal ou de ordem material, resultantes desse ato fundado em sua declaração unilateral de vontade” (STF, Segunda Turma, AgRg no RE nº 1.250.651/RJ, Rel. min. Celso de Mello, j. em 03/10/2020, DJe-245 div. 07-10-2020 pub. 08-10-2020).

A partir dessa compreensão, o STF firmou sua posição em sede de repercussão geral nos seguintes termos:

“É lícito ao impetrante desistir da ação de mandado de segurança, independentemente de aquiescência da autoridade apontada como coatora ou da entidade estatal interessada ou, ainda, quando for o caso, dos litisconsortes passivos necessários (MS 26.890-AgR/DF, Pleno, Ministro Celso de Mello, DJe de 23.10.2009), ‘a qualquer momento antes do término do julgamento’ (MS 24.584-AgR/DF, Pleno, Ministro Ricardo Lewandowski, DJe de 20.6.2008), ‘mesmo após eventual sentença concessiva do ‘writ’

constitucional, (...) não se aplicando, em tal hipótese, a norma inscrita no art. 267, § 4º, do CPC’ (RE 255.837-AgR/PR, 2.ª Turma, Ministro Celso de Mello, DJe de 27.11.2009). Jurisprudência desta Suprema Corte reiterada em repercussão geral (Tema 530 - Desistência em mandado de segurança, sem aquiescência da parte contrária, após prolação de sentença de mérito, ainda que favorável ao impetrante).” (STF, Tribunal Pleno, RE nº 669.367/RJ, Rel. min. Luiz Fux, Red. p/ Acórdão min. Rosa Weber, j. em 02/05/2013, DJe 30/10/2014).

Neste sentido: STF, Primeira Turma, RE nº 1.319.398 AgR-ED- segundos-AgR/SP, Rel. min. Luiz Fux, j. em 18/10/2022, DJe 27/10/2022.

No entanto, o Supremo Tribunal Federal, após a tese fixada no Tema 530, passou a considerar ser possível deixar de homologar pedido de desistência nas “hipóteses em que revelada tentativa de evitar a observância da jurisprudência da Corte ou configurada má-fé processual”, ou seja, quando se tratar de hipótese em que se busque o “afastamento da jurisprudência pacífica desta Corte (MS 29.032 ED-AgR)” (STF, Segunda Turma, ED nos ED nos ED no AgRg nos ED no AgRg nos ED no RE nº 1.176.610/RS, Rel. min. Nunes Marques, j. em 03/04/2023). No mesmo sentido: (STF, Segunda Turma, ARE nº 1.074.161 AgR/RJ, Rel. min. Edson Fachin, j. em 11/11/2020, DJe-285 div. 02-12-2020 pub. 03-12-2020).

Esse entendimento decorre do fato de que “nas hipóteses em que demonstrado o mero intuito de se recusar observância a Jurisprudência pacífica da Corte, o Supremo Tribunal tem afastado o entendimento firmado no RE 669.367 RG (Relatora para o acórdão a Ministra Rosa Weber, Pleno, DJe de 30/10/14), segundo o qual pode a parte impetrante manifestar desistência da ação mandamental a qualquer tempo, mesmo após a sentença, independentemente da concordância da parte impetrada. Precedentes” (STF, Segunda Turma, MS nº 29.083 ED-ED-AgR/DF, Rel. min. Teori Zavascki, Red. p/ Acórdão min. dias Toffoli, j. em 16/05/2017, DJe-229 div. 05-10-2017 pub. 06-10-2017).

Partiu-se da premissa de que “está em questão a própria seriedade da função jurisdicional e a autoridade das decisões do Supremo Tribunal Federal”, de modo que “não se pode acolher, por isso mesmo, pedidos de desistência de mandados de segurança com o indisfarçado objetivo de contornar a força e a autoridade da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal” (STF, Segunda Turma, MS nº 29.253 AgR-ED/DF, Rel. min. Teori Zavascki, j. em 21/10/2016, DJe-238 div. 08-11-2016 pub. 09-11-2016).

Código de Processo Civil:

“Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando:

VIII - homologar a desistência da ação;

§ 4º Oferecida a contestação, o autor não poderá, sem o consentimento do réu, desistir da ação.

§ 5º A desistência da ação pode ser apresentada até a sentença.”

Portanto, pode-se concluir que o Supremo Tribunal Federal (STF) entende que o impetrante pode desistir da ação de mandado de segurança a qualquer momento antes do término do julgamento, sem necessidade de consentimento da autoridade coatora, da entidade estatal interessada ou de litisconsortes passivos necessários.

A desistência é permitida até mesmo após a prolação de sentença de mérito, sem as restrições previstas no Código de Processo Civil (CPC, art. 485, §§ 4º e 5º), pois o mandado de segurança não envolve um litígio entre direitos contrapostos. Assim, a autoridade coatora não é considerada parte no sentido técnico da relação processual. Dessa forma, o pedido de desistência pode ser aceito tanto se a segurança for concedida quanto se for denegada, tornando prejudicado qualquer recurso interposto, pois a extinção do processo ocorre sem julgamento do mérito devido à perda superveniente do objeto.

O STF consolidou essa tese em repercussão geral (Tema 530), estabelecendo que a desistência é possível independentemente da anuência da parte contrária. Entretanto, após essa decisão, a Corte passou a considerar a possibilidade de negar a homologação do pedido quando houver indícios de que a desistência busca evitar a aplicação da jurisprudência pacífica do tribunal ou se configurada má-fé processual.

Dessa maneira, o STF reconhece que a desistência do mandado de segurança é um ato processualmente lícito, mas a homologação do pedido de desistência pode ser recusada caso fique demonstrado que o pedido busca contornar a autoridade de suas decisões. Isso se baseia no princípio de que a jurisdição deve ser exercida com seriedade e respeito à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

QUESITOS AVALIADOS

Quesito 1 – Articulação do raciocínio

Conceito 0 – Não articula seu raciocínio.

Conceito 1 – Articula seu raciocínio de maneira precária.

Conceito 2 – Articula seu raciocínio de maneira satisfatória.

Conceito 3 – Apresenta excelente articulação.

Quesito 2 – Capacidade de argumentação

Conceito 0 – Não argumenta.

Conceito 1 – Argumenta de maneira precária.

Conceito 2 – Argumenta de maneira satisfatória.

Conceito 3 – Apresenta excelente argumentação.

Quesito 3 – Uso correto do vernáculo

Conceito 0 – Não utiliza o vernáculo de forma correta.

Conceito 1 – Utiliza o vernáculo de forma mediana.

Conceito 2 – Utiliza o vernáculo de forma correta.

Quesito 4.1 – Necessidade de consentimento da autoridade coatora, da pessoa jurídica de direito público ou dos litisconsortes

Conceito 0 – Não responde ou responde incorretamente.

Conceito 1 – Responde corretamente que é desnecessário o consentimento da autoridade coatora, da entidade estatal interessada ou de litisconsortes passivos necessários, mas não fundamenta sua resposta adequadamente.

Conceito 2 – Responde corretamente que é desnecessário o consentimento da autoridade coatora, da entidade estatal interessada ou de litisconsortes passivos necessários, bem como menciona que a autoridade coatora não é tecnicamente considerada parte na relação processual, mas não aborda a inaplicabilidade do art. 485, §§ 4º e 5º, do CPC ao mandado de segurança.

Conceito 3 – Responde corretamente que é desnecessário o consentimento da autoridade coatora, da entidade estatal interessada ou de litisconsortes passivos necessários, mencionando que a autoridade coatora não é tecnicamente considerada parte na relação processual e que, portanto, é inaplicável o art. 485, §§ 4º e 5º, do CPC ao mandado de segurança.

Quesito 4.2 – Momento em que se pode pleitear a desistência

Conceito 0 – Não responde ou responde incorretamente.

Conceito 1 – Responde corretamente que o impetrante pode desistir da ação de mandado de segurança a qualquer momento antes do término do julgamento, mas não fundamenta satisfatoriamente sua resposta.

Conceito 2 – Responde corretamente que o impetrante pode desistir da ação de mandado de segurança a qualquer momento antes do término do julgamento, e, portanto, até mesmo após a prolação de sentença de mérito, bem como responde que a desistência é permitida tanto quando a segurança é concedida como quando ela é denegada, mas não menciona as hipóteses em que, segundo o STF, pode ser negada a homologação do pedido de desistência.

Conceito 3 – Responde corretamente que o impetrante pode desistir da ação de mandado de segurança a qualquer momento antes do término do julgamento, e, portanto, até mesmo após a prolação de sentença de mérito, bem como responde que a desistência é permitida tanto quando a segurança é concedida como quando ela é denegada, mencionando, ainda, que a homologação do pedido de desistência pode ser negada se houver indícios de que o impetrante busca evitar a aplicação da jurisprudência pacífica do STF ou se houver má-fé processual.

ROTEIRO DE ARGUIÇÃO

Solicite ao candidato que leia o comando da questão.

Ouç a explanação do candidato a respeito da questão e, caso ele não tenha exaurido a resposta esperada de acordo com o estabelecido no padrão de respostas previsto para a questão, conduza a arguição da forma a seguir apresentada.

Atenção! Somente deverão ser feitos os questionamentos referentes aos aspectos não explorados ou explorados de maneira equivocada pelo candidato em sua resposta inicial. Caso ele já tenha tratado corretamente de algum aspecto explorado nas perguntas a seguir, o examinador deverá abster-se de fazê-las e realizar a respectiva avaliação do candidato.

- 1 Até que momento o impetrante pode desistir da ação de mandado de segurança?
- 2 Admite-se a desistência quando a segurança é concedida? E quando a segurança é denegada?
- 3 Admite-se a aplicação do art. 485, §§ 4º e 5º, do CPC ao mandado de segurança? A autoridade coatora é tecnicamente considerada parte na relação processual?
- 4 Existem hipóteses em que o STF considera possível que seja negada a homologação do pedido de desistência?

Finalize sua arguição com a expressão: **Sem mais perguntas.**

PLANILHA DE CORREÇÃO

PLANILHA DE CORREÇÃO						
QUESITOS AVALIADOS		VALOR	CONCEITO			
1	Articulação do raciocínio	0,00 a 10,00	0	1	2	3
2	Capacidade de argumentação	0,00 a 10,00	0	1	2	3
3	Uso correto do vernáculo	0,00 a 10,00	0	1	2	
4	Domínio do conhecimento jurídico					
4.1	Necessidade de consentimento da autoridade coatora, da pessoa jurídica de direito público ou dos litisconsortes	0,00 a 35,00	0	1	2	3
4.2	Momento em que se pode pleitear a desistência	0,00 a 35,00	0	1	2	3
TOTAL		100,00				

PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO PARANÁ
CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE CADASTRO
DE RESERVA NO CARGO DE PROCURADOR DO ESTADO DO PARANÁ

PROVA ORAL

DIREITO CIVIL E EMPRESARIAL

QUESTÃO 5

Considere a seguinte situação hipotética:

Em determinado processo falimentar, a massa falida da empresa ABC Ltda. impugnou pedido de habilitação de créditos da fazenda pública do estado X, inscritos em dívida ativa, alegando que tais créditos já seriam objeto de um processo de execução fiscal em curso, anterior à decretação da falência.

A partir da situação hipotética narrada e considerando o entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ), discorra, fundamentadamente, acerca da possibilidade de a fazenda pública habilitar, em processo falimentar, créditos inscritos em dívida ativa, cuja pretensão também seja objeto de execução fiscal em curso, atentando para a divisão de competências sobre a classificação do crédito e sua exequibilidade.

TÓPICOS DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO ABORDADOS

5 Direito falimentar. 5.1 Lei nº 11.101/2005 (Recuperação judicial, extrajudicial e falência). 5.4 Classificação de créditos e tratamento aplicável ao crédito tributário. 5.7 Efeitos da falência quanto à pessoa do falido, quanto às obrigações do falido, quanto aos contratos e quanto aos bens do falido. 5.13 Pagamento do passivo.

PADRÃO DE RESPOSTA

A Lei nº 11.101/2005 (LREF – Lei de Recuperação de Empresas e Falência), em seu art. 7.º-A, *caput*, prevê que será instaurado incidente de classificação de crédito público para que cada fazenda pública credora, dos locais onde o devedor tenha estabelecimento, possa apresentar, no processo falimentar, os seus créditos inscritos em dívida ativa, com os respectivos cálculos e informações associadas. Estes créditos poderão ser habilitados no processo falimentar não obstante a existência de execução fiscal fundada no mesmo objeto.

De acordo com o art. 7.º-A, § 4.º, inciso V e art. 99, XIII, da Lei nº 11.101/2005, alterada pela Lei nº 14.112/2020, tem-se a possibilidade de habilitação dos créditos fiscais pendentes de execução ou que estejam com processo de execução fiscal em curso.

Trata-se de uma faculdade que é prerrogativa da fazenda pública e excetua-se ao juízo universal do processo falimentar. Desse modo, proposta a execução fiscal e, posteriormente, apresentado o pedido de habilitação no juízo da falência, a ação executória deve ser suspensa, não resultando, contudo, em renúncia da fazenda ao direito de cobrar o crédito por meio da execução fiscal.

O STJ já havia pacificado entendimento no sentido de que a falência superveniente do devedor não tem a força de paralisar a execução fiscal, mas que ambas podem coexistir para garantir o interesse maior. Todavia, havendo a respectiva habilitação dos créditos que, porventura, sejam objeto de execução fiscal, a fazenda pública não poderia pleitear a constrição de bens no processo executivo, observado o interesse primário de satisfazer o crédito público dentro do processo falimentar.

Tal entendimento foi fixado no **Tema 1.092** do STJ, o qual estabelece que “É possível a Fazenda Pública habilitar em processo de falência crédito objeto de execução fiscal em curso, mesmo antes da vigência da Lei n. 14.112/2020, e desde que não haja pedido de constrição no juízo executivo”.

No que tange às competências sobre os créditos habilitados pela fazenda pública, o art. 7.º-A, §4º, I e II, da Lei nº 11.101/2005, estabelece que:

“§ 4º Com relação à aplicação do disposto neste artigo, serão observadas as seguintes disposições: (Incluído pela Lei nº 14.112, de 2020) (Vigência)

I - a decisão sobre os cálculos e a classificação dos créditos para os fins do disposto nesta Lei, bem como sobre a arrecadação dos bens, a realização do ativo e o pagamento aos credores, competirá ao juízo falimentar; (Incluído pela Lei nº 14.112, de 2020) (Vigência)

II - a decisão sobre a existência, a exigibilidade e o valor do crédito, observado o disposto no inciso II do caput do art. 9º desta Lei e as demais regras do processo de falência, bem como sobre o eventual prosseguimento da cobrança contra os corresponsáveis, competirá ao juízo da execução fiscal; (Incluído pela Lei nº 14.112, de 2020) (Vigência) [...]”.

Assim, observando-se também o texto do art. 76 da LREF, cabe ao juízo falimentar apenas decidir quanto à classificação do crédito, resguardando a competência do juízo da execução fiscal para decidir quanto à existência e exigibilidade do crédito.

QUESITOS AVALIADOS

Quesito 1 – Articulação do raciocínio

Conceito 0 – Não articula seu raciocínio.

Conceito 1 – Articula seu raciocínio de maneira precária.

Conceito 2 – Articula seu raciocínio de maneira satisfatória.

Conceito 3 – Apresenta excelente articulação.

Quesito 2 – Capacidade de argumentação

Conceito 0 – Não argumenta.

Conceito 1 – Argumenta de maneira precária.

Conceito 2 – Argumenta de maneira satisfatória.

Conceito 3 – Apresenta excelente argumentação.

Quesito 3 – Uso correto do vernáculo

Conceito 0 – Não utiliza o vernáculo de forma correta.

Conceito 1 – Utiliza o vernáculo de forma mediana.

Conceito 2 – Utiliza o vernáculo de forma correta.

Quesito 4.1 – Possibilidade de coexistência entre habilitação da fazenda pública no processo de falência e execução fiscal do mesmo crédito

Conceito 0 – Não responde ou responde incorretamente.

Conceito 1 – Afirma a possibilidade de coexistência entre habilitação no processo de falência e execução fiscal do mesmo crédito, mas não cita nenhum dispositivo da LREF.

Conceito 2 – Afirma a possibilidade de coexistência entre habilitação no processo de falência e execução fiscal do mesmo crédito, mas cita os dispositivos da LREF de forma incompleta ou parcialmente correta.

Conceito 3 – Afirma a possibilidade de coexistência entre habilitação no processo de falência e execução fiscal do mesmo crédito, bem como cita corretamente os dispositivos pertinentes da LREF.

Quesito 4.2 – Posição do STJ sobre a matéria

Conceito 0 – Não menciona ou menciona de forma equivocada o entendimento do STJ sobre a matéria.

Conceito 1 – Menciona de forma incompleta o entendimento do STJ.

Conceito 2 – Menciona corretamente o entendimento do STJ, conforme o Tema Repetitivo 1.092.

Quesito 4.3 – Impossibilidade de constrição judicial em processo executório quando houver a habilitação no juízo falimentar

Conceito 0 – Não cita ou cita incorretamente a impossibilidade de constrição judicial na situação em análise.

Conceito 1 – Cita a impossibilidade de constrição judicial, mas não a vincula à habilitação.

Conceito 2 – Cita a impossibilidade de constrição judicial, vinculando-a à habilitação, mas não fundamenta corretamente sua resposta.

Conceito 3 – Cita a impossibilidade de constrição judicial, vinculando-a à habilitação e fundamentando satisfatoriamente sua resposta.

Quesito 4.4 – Divisão de competências do juízo falimentar e do juízo da execução fiscal

Conceito 0 – Não aborda a divisão de competências ou o faz incorretamente.

Conceito 1 – Aborda apenas uma das competências.

Conceito 2 – Aborda as duas competências, mas de modo parcialmente correto.

Conceito 3 – Aborda as duas competências corretamente.

ROTEIRO DE ARGUIÇÃO

Solicite ao candidato que leia o comando da questão.

Ouç a explanação do candidato a respeito da questão e, caso ele não tenha exaurido a resposta esperada de acordo com o estabelecido no padrão de respostas previsto para a questão, conduza a arguição da forma a seguir apresentada.

Atenção! Somente deverão ser feitos os questionamentos referentes aos aspectos não explorados ou explorados de maneira equivocada pelo candidato em sua resposta inicial. Caso ele já tenha tratado corretamente de algum aspecto explorado nas perguntas a seguir, o examinador deverá abster-se de fazê-las e realizar a respectiva avaliação do candidato.

- 1 É possível a habilitação de um crédito público no processo falimentar, quando o mesmo já se encontra em processo de execução fiscal?
- 2 Houve alguma inovação legislativa acerca desse tema?
- 3 Qual é o entendimento do STJ sobre a matéria?
- 4 Na referida situação, há algum disciplinamento legal especial quanto às competências do juízo universal e do juízo da execução fiscal?

Finalize sua arguição com a expressão: **Sem mais perguntas.**

PLANILHA DE CORREÇÃO

PLANILHA DE CORREÇÃO						
QUESITOS AVALIADOS		VALOR	CONCEITO			
1	Articulação do raciocínio	0,00 a 10,00	0	1	2	3
2	Capacidade de argumentação	0,00 a 10,00	0	1	2	3
3	Uso correto do vernáculo	0,00 a 10,00	0	1	2	
4	Domínio do conhecimento jurídico					
4.1	Possibilidade de coexistência entre habilitação da Fazenda Pública no processo de falência e execução fiscal do mesmo crédito	0,00 a 20,00	0	1	2	3
4.2	Posição do STJ sobre a matéria	0,00 a 20,00	0	1	2	
4.3	Impossibilidade de constrição judicial em processo executório quando houver a habilitação	0,00 a 10,00	0	1	2	3
4.4	Divisão de competências do juízo falimentar e do juízo da execução fiscal	0,00 a 20,00	0	1	2	3
TOTAL		100,00				

PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO PARANÁ
CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE CADASTRO
DE RESERVA NO CARGO DE PROCURADOR DO ESTADO DO PARANÁ

PROVA ORAL

DIREITO DO TRABALHO, PROCESSO DO TRABALHO,
DIREITO AMBIENTAL E DIREITOS DIFUSOS E COLETIVO

QUESTÃO 6

Considere a seguinte situação hipotética:

Durante uma fiscalização, determinada empresa localizada na divisa dos municípios de Curitiba e Pinhais foi autuada pelo IBAMA por construir em área de preservação permanente. Em sua defesa, a empresa alegou que o órgão que concedeu a licença ambiental é estadual, na forma da Lei Complementar n.º 140/2011, e, portanto, somente ele seria competente para realizar a autuação. Por fim, a empresa alegou a teoria do fato consumado, visto que a obra em questão estava terminada há dois anos.

A partir dessa situação hipotética, responda, de forma fundamentada, aos seguintes questionamentos.

- 1 Qual é o ente competente para realizar o licenciamento ambiental no caso em apreço?
- 2 Poderia o IBAMA ter realizado a autuação? Qual é o entendimento dos tribunais superiores?
- 3 O que defende a teoria do fato consumado? A teoria é aplicável ao direito ambiental?

TÓPICOS DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO ABORDADOS

I DIREITO AMBIENTAL 2 Normas gerais e normas de cooperação para os entes federados em matéria ambiental. 4 Licenciamento ambiental. Lei Complementar Federal n.º 140/2011. 5 Estudo de impacto ambiental. 5.1 Conceito, competências, natureza jurídica e requisitos. 5.2 Resolução do CONAMA n.º 1/1986, publicada no DOU em 17/2/1986 (Relatório de Impacto Ambiental – EIA-RIMA). 5.3 Resolução do CONAMA n.º 237/1997, publicada no DOU em 22/12/1997 (Licenciamento Ambiental). 7 Poder de polícia e Direito Ambiental. 7.1 Infrações ambientais. 7.2 Crimes ambientais. 7.3 Sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. 7.4 Das infrações e sanções administrativas ambientais. Da apuração das infrações administrativas. IV DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS 6 Proteção ao meio ambiente.

PADRÃO DE RESPOSTA

Ente competente para o licenciamento

De acordo com a LC n.º 140/2011, a competência para licenciar obras/atividades que se estendam por mais de um município dentro do mesmo estado é do órgão estadual.

Autuação e o entendimento dos Tribunais Superiores

Contudo, é entendimento pacífico tanto na jurisprudência do STJ quanto na do STF que o poder de polícia (na função de fiscalizar) pertence a todos os entes. Assim, é plenamente cabível que o IBAMA, dentro do seu poder de fiscalização, lavre auto de infração em razão de construção em área de preservação permanente, ainda que o ente competente para conceder a licença seja outro (no caso em apreço, o estado). Nesse sentido, vale transcrever a decisão do STF:

CONSTITUCIONAL. AMBIENTAL. FEDERALISMO COOPERATIVO.
COMPETÊNCIA COMUM EM MATÉRIA AMBIENTAL. PARÁGRAFO ÚNICO

DO ART. 23 CF. LEI COMPLEMENTAR Nº 140/2011. FEDERALISMO ECOLÓGICO. DESENHO INSTITUCIONAL DA REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIAS FUNDADO NA COOPERAÇÃO. RECONHECIMENTO DO PRINCÍPIO DA SUBSIDIARIEDADE. DIREITO FUNDAMENTAL AO MEIO AMBIENTE. DEVERES FUNDAMENTAIS DE PROTEÇÃO COMO PARÂMETRO NORMATIVO DE CONTROLE DE VALIDADE (ARTS. 23, PARÁGRAFO ÚNICO, 225, CAPUT, § 1º). RACIONALIDADE NO QUADRO ORGANIZATIVO DAS COMPETÊNCIAS ADMINISTRATIVAS. EFICIÊNCIA E COORDENAÇÃO DO AGIR ADMINISTRATIVO. VALORES CONSTITUCIONAIS. PODER DE POLÍCIA AMBIENTAL DE LICENCIAMENTO E ATIVIDADES FISCALIZATÓRIAS. EXISTÊNCIA E CAPACIDADE INSTITUCIONAL DOS ÓRGÃOS AMBIENTAIS COMO REQUISITO DA REGRA GERAL DE COMPETÊNCIA INSTITUÍDA NA LEI COMPLEMENTAR. ATUAÇÃO SUPLETIVA E SUBSIDIÁRIA. TUTELA EFETIVA E ADEQUADA DO MEIO AMBIENTE. LIMITES DA COGNIÇÃO JURISDICIONAL NO CONTROLE CONCENTRADO DE CONSTITUCIONALIDADE. INTERPRETAÇÃO CONFORME À CONSTITUIÇÃO FEDERAL ATRIBUÍDA AO § 4º DO ART. 14 E AO 3º DO ART. 17. PROCEDÊNCIA PARCIAL. 1. A Lei Complementar nº 140/2011 disciplina a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora, em resposta ao dever de legislar prescrito no art. 23, III, VI e VI, da Constituição Federal. No marco da Política Nacional do Meio Ambiente, instituída pela Lei nº 6.938/1981, e da forma federalista de organização do Estado constitucional e ecológico, a Lei Complementar nº 140/2011 foi a responsável pelo desenho institucional cooperativo de atribuição das competências executivas ambientais aos entes federados. 2. Legitimidade ativa da Associação Nacional dos Servidores de Carreira de Especialista em Meio Ambiente e Pecma (ASIBAMA). Inegável a representatividade nacional da associação requerente, assim como a observância do requisito da pertinência temática para discutir questões versando alteração estrutural do sistema normativo de proteção do meio ambiente, conforme descrito no art. 3º, VI, do Estatuto Social juntado ao processo, quando do ajuizamento da presente ação. Reconhecimento da legitimidade da associação autora na ADI 4.029 (caso Instituto Chico Mendes). 3. O Supremo Tribunal Federal, acerca do alcance normativo do parágrafo único do art. 65 do texto constitucional, definiu interpretação jurídica no sentido de que o retorno à Casa iniciadora apenas deve ocorrer quando a Casa revisora, em seu processo deliberativo, aprovar modificação substancial do conteúdo do projeto de lei. Afastado, no caso, o vício de inconstitucionalidade formal do § 3º do art. 17. 4. Da interpretação do art. 225 da Constituição Federal, fundamento normativo do Estado de Direito e governança ambiental, infere-se estrutura jurídica complexa decomposta em duas direções normativas. A primeira voltada ao reconhecimento do direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, em uma perspectiva intergeracional. A segunda relacionada aos deveres de proteção e responsabilidades atribuídos aos poderes constituídos, aos atores públicos e à sociedade civil em conjunto. A preservação da ordem constitucional vigente de proteção do meio ambiente, densificada nos seus deveres fundamentais de proteção, impõe-se, pois, como limite substantivo ao agir legislativo e administrativo. O que significa dizer que tanto a Política Nacional do Meio Ambiente, em todas as suas dimensões, quanto o sistema organizacional e administrativo responsável pela sua implementação, a exemplo do Sistema Nacional do Meio Ambiente, dos Conselhos Nacionais, Estaduais e Municipais, devem traduzir os vetores normativos do constitucionalismo ecológico e do federalismo cooperativo. 5. A Lei Complementar nº 140/2011, em face da intrincada teia normativa ambiental, aí incluídos os correlatos deveres fundamentais de tutela, logrou equacionar o sistema descentralizado de competências administrativas em matéria ambiental com os vetores da uniformidade decisória e da racionalidade, valendo-se para tanto da

cooperação como superestrutura do diálogo interfederativo. Cumpre assinalar que referida legislação não trata sobre os deveres de tutela ambiental de forma genérica e ampla, como disciplina o art. 225, §1º, IV, tampouco regulamenta o agir legislativo, marcado pela repartição concorrente de competências, inclusive no tocante à normatização do licenciamento em si. 6. O modelo federativo ecológico em matéria de competência comum material delineado pela Lei Complementar nº 140/2011 revela quadro normativo altamente especializado e complexo, na medida em que se relaciona com teia institucional multipolar, como o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), e com outras legislações ambientais, como a Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981) e a Lei de Infrações penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente (Lei nº 9.605/1998). O diálogo das fontes revela-se nesse quadro como principal método interpretativo. 7. Na repartição da competência comum (23, III, VI e VII CF), não cabe ao legislador formular disciplina normativa que exclua o exercício administrativo de qualquer dos entes federados, mas sim que organize a cooperação federativa, assegurando a racionalidade e a efetividade nos encargos constitucionais de proteção dos valores e direitos fundamentais. Ademais, os arranjos institucionais derivados do federalismo cooperativo facilita a realização dos valores caros ao projeto constitucional brasileiro, como a democracia participativa, a proteção dos direitos fundamentais e a desconcentração vertical de poderes, como fórmula responsiva aos controles social e institucional. Precedentes. 8. O nível de ação do agir político-administrativo nos domínios das competências partilhadas, próprio do modelo do federalismo cooperativo, deve ser medido pelo princípio da subsidiariedade. Ou seja, na conformação dos arranjos cooperativos, a ação do ente social ou político maior no menor, justifica-se quando comprovada a incapacidade institucional desse e demonstrada a eficácia protetiva daquele. Todavia, a subsidiariedade apenas apresentará resultados satisfatórios caso haja forte coesão entre as ações dos entes federados. Coesão que é exigida tanto na dimensão da alocação das competências quanto na dimensão do controle e fiscalização das capacidades institucionais dos órgãos responsáveis pela política pública. 9. A Lei Complementar nº 140/2011 tal como desenhada estabelece fórmulas capazes de assegurar a permanente cooperação entre os órgãos administrativos ambientais, a partir da articulação entre as dimensões estáticas e dinâmicas das competências comuns atribuídas aos entes federados. Desse modo, respeitada a moldura constitucional quanto às bases do pacto federativo em competência comum administrativa e quanto aos deveres de proteção adequada e suficiente do meio ambiente, salvo as prescrições dos arts. 14, § 4º, e 17, § 3º, que não passam no teste de validade constitucional. 10. No § 4º do art. 14, o legislador foi insuficiente em sua regulamentação frente aos deveres de tutela, uma vez que não disciplinou qualquer consequência para a hipótese da omissão ou mora imotivada e desproporcional do órgão ambiental diante de pedido de renovação de licença ambiental. Até mesmo porque para a hipótese de omissão do agir administrativo no processo de licenciamento, o legislador ofereceu, como afirmado acima, resposta adequada consistente na atuação supletiva de outro ente federado, prevista no art. 15. Desse modo, mesmo resultado normativo deve incidir para a omissão ou mora imotivada e desproporcional do órgão ambiental diante de pedido de renovação de licença ambiental, disciplinado no referido § 4º do art. 14. 11. Um dos princípios fundamentais do funcionamento do sistema legal de tutela do meio ambiente é o da atuação supletiva do órgão federal, seja em matéria de licenciamento seja em matéria de controle e fiscalização das atividades ou empreendimentos potencialmente poluidores ou degradantes do meio ambiente. No exercício da cooperação administrativa, portanto, cabe atuação suplementar – ainda que não conflitiva – da União com a dos órgãos estadual e municipal. As potenciais omissões e falhas no exercício da atividade fiscalizatória do poder de polícia ambiental por parte dos órgãos que integram o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) não são irrelevantes e devem ser levadas em consideração para constituição da regra de competência fiscalizatória. Diante das características concretas que qualificam a maioria dos danos e ilícitos ambientais de impactos significativos, mostra-se irrazoável e

insuficiente regra que estabeleça competência estática do órgão licenciador para a lavratura final do auto de infração. O critério da prevalência de auto de infração do órgão licenciador prescrito no § 3º do art. 17 não oferece resposta aos deveres fundamentais de proteção, nas situações de omissão ou falha da atuação daquele órgão na atividade fiscalizatória e sancionatória, por insuficiência ou inadequação da medida adotada para prevenir ou reparar situação de ilícito ou dano ambiental. 12. O juízo de constitucionalidade não autoriza afirmação no sentido de que a escolha legislativa é a melhor, por apresentar os melhores resultados em termos de gestão, eficiência e efetividade ambiental, mas que está nos limites da moldura constitucional da conformação decisória. Daí porque se exige dos poderes com funções precípua legislativas e normativas o permanente ajuste da legislação às particularidades e aos conflitos sociais. 13. A título de obter dictum faço apelo ao legislador para a implementação de estudo regulatório retrospectivo acerca da Lei Complementar nº 140/2011, em diálogo com todos os órgãos ambientais integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente, como método de vigilância legislativa e posterior avaliação para possíveis rearranjos institucionais. Sempre direcionado ao compromisso com a normatividade constitucional ambiental e federativa. Ademais, faço também o apelo ao legislador para o adimplemento constitucional de legislar sobre a proteção e uso da Floresta Amazônia (art. 225, § 4º), região que carece de efetiva e especial regulamentação, em particular das atividades fiscalizadoras, frente às características dos crimes e ilícitos ambientais na região da Amazônia Legal. 14. Improcedência dos pedidos de declaração de inconstitucionalidade dos arts. 4º, V e VI, 7º, XIII, XIV, “h”, XV e parágrafo único, 8º, XIII e XIV, 9º, XIII e XIV, 14 § 3º, 15, 17, caput e §§ 2º, 20 e 21, Lei Complementar nº 140/2011 e, por arrastamento, da integralidade da legislação. 15. Procedência parcial da ação direta para conferir interpretação conforme à Constituição Federal: (i) ao § 4º do art. 14 da Lei Complementar nº 140/2011 para estabelecer que a omissão ou mora administrativa imotivada e desproporcional na manifestação definitiva sobre os pedidos de renovação de licenças ambientais instaura a competência supletiva dos demais entes federados nas ações administrativas de licenciamento e na autorização ambiental, como previsto no art. 15 e (ii) ao § 3º do art. 17 da Lei Complementar nº 140/2011, esclarecendo que a prevalência do auto de infração lavrado pelo órgão originalmente competente para o licenciamento ou autorização ambiental não exclui a atuação supletiva de outro ente federado, desde que comprovada omissão ou insuficiência na tutela fiscalizatória. (ADI 4757, Relator (a): ROSA WEBER, Tribunal Pleno, julgado em 13-12-2022, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-s/n DIVULG 16-03-2023 PUBLIC 17-03-2023).

E a decisão do STJ:

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NÃO CONFIGURADA. AMBIENTAL. CONSTRUÇÃO EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE. LICENÇA MUNICIPAL. ATIVIDADE NOCIVA AO MEIO AMBIENTE. PODER DE POLÍCIA ADMINISTRATIVA. COMPETÊNCIA FISCALIZATÓRIA DO IBAMA. ALEGAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE ATO JURÍDICO PERFEITO. TEORIA DO FATO CONSUMADO. INAPLICABILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 613/STJ.

1. Afasta-se a alegada ofensa ao art. 1.022 do CPC, na medida em que o Tribunal de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos autos; não se pode, ademais, confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional.

2. "O STJ entende que o Ibama possui o dever-poder de fiscalizar e exercer poder de polícia diante de qualquer atividade que ponha em risco o meio ambiente, apesar de a competência para o licenciamento ser de outro órgão público. É que, à luz da legislação,

inclusive da Lei Complementar 140/2011, a competência para licenciar não se confunde com a competência para fiscalizar" (REsp 1.646.016/RN, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 23/5/2023, DJe de 28/6/2023).

3. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADI 4.757/DF, ao interpretar o art. 17, § 3º, da LC 140/11 conforme a Constituição Federal, firmou compreensão no sentido de que "a prevalência do auto de infração lavrado pelo órgão originalmente competente para o licenciamento ou autorização ambiental não exclui a atuação supletiva de outro ente federal, desde que comprovada omissão ou insuficiência na tutela fiscalizatória".

4. Na hipótese dos autos, nota-se que nem sequer foi imposta sanção administrativa no âmbito municipal, pelo que deve permanecer hígida a atuação do órgão federal quanto ao exercício do poder de polícia ambiental.

5. Nos termos da Súmula 613/STJ: "Não se admite a aplicação da teoria do fato consumado em tema de Direito Ambiental."

6. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp n. 1.624.736/MS, relator Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, julgado em 2/12/2024, DJEN de 5/12/2024.)

Aplicação da teoria do fato consumado

Por fim, é necessário pontuar que a teoria do fato consumado não se aplica ao direito ambiental. A teoria do fato consumado é uma construção doutrinária e jurisprudencial que defende a manutenção de determinadas situações jurídicas, já consolidadas, pelo decurso do tempo, em razão do princípio da segurança jurídica e da estabilidade das relações sociais (STJ REsp. 709.934/RJ). É sabido que essa teoria não se aplica no direito ambiental, conforme Súmula 613 do STJ.

QUESITOS AVALIADOS

Quesito 1 – Articulação do raciocínio

Conceito 0 – Não articula seu raciocínio.

Conceito 1 – Articula seu raciocínio de maneira precária.

Conceito 2 – Articula seu raciocínio de maneira satisfatória.

Conceito 3 – Apresenta excelente articulação.

Quesito 2 – Capacidade de argumentação

Conceito 0 – Não argumenta.

Conceito 1 – Argumenta de maneira precária.

Conceito 2 – Argumenta de maneira satisfatória.

Conceito 3 – Apresenta excelente argumentação.

Quesito 3 – Uso correto do vernáculo

Conceito 0 – Não utiliza o vernáculo de forma correta.

Conceito 1 – Utiliza o vernáculo de forma mediana.

Conceito 2 – Utiliza o vernáculo de forma correta.

Quesito 4.1 – Competência para realização do licenciamento ambiental

Conceito 0 – Não menciona o ente competente pelo licenciamento ambiental ou o faz de forma totalmente incorreta.

Conceito 1 – Apresenta corretamente o ente competente pelo licenciamento ambiental, mas não fundamenta sua resposta ou o faz de forma incorreta.

Conceito 2 – Apresenta corretamente o ente competente pelo licenciamento ambiental, fundamentando adequadamente sua resposta.

Quesito 4.2 – Possibilidade de atuação pelo IBAMA e o entendimento dos tribunais superiores

Conceito 0 – Não aborda a possibilidade de atuação pelo IBAMA e nem o entendimento dos tribunais superiores ou o faz de forma totalmente incorreta.

Conceito 1 – Aborda corretamente apenas um dos elementos a seguir: (i) que é possível a atuação realizada pelo IBAMA, decorrente do seu poder de fiscalização; (ii) que o entendimento do STF e (iii) o entendimento do

STJ são pacíficos quanto a capacidade de todos os entes de exercer o poder de polícia (fiscalização).

Conceito 2 – Aborda corretamente apenas dois dos elementos listados anteriormente.

Conceito 3 – Aborda corretamente os três aspectos listados anteriormente.

Quesito 4.3 – Teoria do fato consumado

Conceito 0 – Não responde ou o faz de maneira totalmente incorreta.

Conceito 1 – Aborda corretamente apenas um dos elementos a seguir: (i) que a teoria do fato consumado é uma construção doutrinária e jurisprudencial que defende a manutenção de determinadas situações jurídicas, já consolidadas, pelo decurso do tempo, em razão do princípio da segurança jurídica e da estabilidade das relações sociais; (ii) que a teoria do fato consumado não se aplica no direito ambiental, conforme (iii) a Súmula 613 do STJ.

Conceito 2 – Aborda corretamente apenas dois dos elementos listados anteriormente.

Conceito 3 – Aborda corretamente os três aspectos listados anteriormente.

ROTEIRO DE ARGUIÇÃO

Solicite ao candidato que leia o comando da questão.

Ouç a explanação do candidato a respeito da questão e, caso ele não tenha exaurido a resposta esperada de acordo com o estabelecido no padrão de respostas previsto para a questão, conduza a arguição da forma a seguir apresentada.

Atenção! Somente deverão ser feitos os questionamentos referentes aos aspectos não explorados ou explorados de maneira equivocada pelo candidato em sua resposta inicial. Caso ele já tenha tratado corretamente de algum aspecto explorado nas perguntas a seguir, o examinador deverá abster-se de fazê-las e realizar a respectiva avaliação do candidato.

- 1 Cabe a ente diverso autuar obra licenciada por outro ente?
- 2 Há distinção entre a competência para o licenciamento e a competência para o exercício do poder de polícia?

Finalize sua arguição com a expressão: **Sem mais perguntas.**

PLANILHA DE CORREÇÃO

PLANILHA DE CORREÇÃO						
QUESITOS AVALIADOS		VALOR	CONCEITO			
1	Articulação do raciocínio	0,00 a 10,00	0	1	2	3
2	Capacidade de argumentação	0,00 a 10,00	0	1	2	3
3	Uso correto do vernáculo	0,00 a 10,00	0	1	2	
4	Domínio do conhecimento jurídico					
4.1	Competência para realização do licenciamento ambiental	0,00 a 30,00	0	1	2	
4.2	Possibilidade de autuação pelo IBAMA e o entendimento dos tribunais superiores	0,00 a 20,00	0	1	2	3
4.3	Conceito e aplicação da teoria do fato consumado	0,00 a 20,00	0	1	2	3
TOTAL		100,00				